

**MENGUE, P. FAIRE L'IDIOT, LA POLITIQUE DE DELEUZE. PARIS:
GERMIMA, 2013.**

Alisson Ramos de Souza*

No prólogo de *Diferença e Repetição*, Gilles Deleuze (1968, p. 4) diz que “[s]eria preciso que a resenha, em história da filosofia, agisse como um verdadeiro duplo e comportasse a modificação máxima própria ao duplo”; mais abaixo, acrescenta: “as resenhas da história da filosofia devem representar uma espécie de retardo, de congelamento ou de imobilização do texto”. O trabalho que aqui se propõe é mais modesto, pretende-se apenas apresentar o livro *Faire l’idiot, la politique de Deleuze* (em tradução livre, “Bancar o idiota, a política de Deleuze”), ainda sem tradução em língua portuguesa, de Philippe Mengue, filósofo e professor aposentado do *Collège International de Philosophie*. Publicado em 2013 (Ed. Germima), no mesmo ano que *Politique et État chez Deleuze et Guattari*, de Guillaume Sibertin-Blanc, o livro de Mengue é uma tentativa, em grande medida, satisfatória – considerando sua curta extensão – de atualizar o conceito, ou melhor, o personagem-conceitual do idiota; além, é claro, de proporcionar ao estudante e pesquisador da filosofia de Deleuze uma bibliografia que preenche uma importante lacuna deixada por muitos comentadores de sua obra: a política.

A epígrafe provocativa – “Bancar o idiota sempre foi uma função da filosofia” –, fornece as pistas de sua tarefa, a saber, compreender o idiota como personagem conceitual estruturante na filosofia política deleuziana. Ainda que Deleuze não tenha elaborado de fato uma filosofia política, a política atravessa muitos conceitos de sua obra, sobretudo, aquela escrita junto a Félix Guattari: macro e micropolítica, aparelho de captura do Estado, a máquina de guerra nômade etc. A noção de personagem-conceitual, por sua vez, aparece em “O que é a filosofia?” para se referir aos intercessores do filósofo, seus heterônimos, seu nome e seus pseudônimos. Deleuze desprezava a besteira, mas não a idiotia, e convidava-nos a ser idiota à maneira russa, isto é, “um homem de subsolo, que não se reconhece mais nos pressupostos subjetivos de um pensamento natural, nem nos pressupostos objetivos de uma cultura do tempo, e

* Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Contato: alissonramos@hotmail.com.

que não dispõe de compasso para fazer um círculo” (DELEUZE, 1968, p. 171). À diferença do antigo idiota, que desejava o verdadeiro, o novo idiota quer o absurdo, ou melhor, “quer fazer do absurdo a mais alta potência do pensamento, isto é, criar” (DELEUZE; GUATTARI, 1991, p. 61).

Dividido em cinco capítulos: “A política do acontecimento”, “O conceito de sociedade de controle”, “Espaço liso e hospitalidade”, “O idiota como personagem conceitual”, “O personagem do idiota como modelo político” e concluindo com “Grandeza e necessidade de uma política do idiota”, Philippe Mengue segue os passos de Deleuze, mas busca seu próprio caminho. A partir de uma intercessão permanente com Michel Foucault, no que denomina de “devir foucaultiano de Deleuze”, Mengue pretende “reativar a pertinência política do pensamento de Gilles Deleuze face ao mundo contemporâneo e ao capitalismo selvagem e desenfreado que o sufoca” (MENGUE⁸³, 2013, p. 12). Na ausência de uma subjetividade dominante, que não pode mais ser o povo ou o proletariado, o idiota desponta como figura, ou melhor, personagem capaz de empreender uma nova modalidade de luta política, mais apta para lidar com os novos problemas e desafios que o capitalismo globalizado injunge ao pensamento.

Ao tratar da política do acontecimento, Mengue busca uma ligação entre a indeterminação e a idiotia. Antes disso, procura dissociar a micropolítica deleuziana dos projetos de seus contemporâneos. Segundo o autor, a política deleuziana não é uma política altermundialista, nem uma política da Ideia, distanciando-se, assim, do cosmopolitismo kantiano, habermasiano e derridiano. Distancia-se, igualmente, da hipótese comunista (Alain Badiou) e das comunidades inconfessável (Maurice Blanchot) ou inoperante (Jean-Luc Nancy). Por fim, afasta-se do altermundialismo constituinte de Toni Negri e Michael Hardt. Todas essas modalidades do político apelam, de algum modo, a uma macropolítica, isto é, “uma política centrada sobre o que sempre se entendeu por política” (MENGUE, 2013, p. 15). A macropolítica, observa Mengue, estrutura-se a partir de três eixos: historicismo-teleologismo, intemporalidade do Estado e, finalmente, acontecimento do tipo fenomenológico (*Ereignis*). Este último é sempre da ordem suplementar ou da adição, e o acontecimento deleuziano faz-se, antes, pela subtração (n-1), com a condição de liberar a multiplicidade da

⁸³ *Nota bene*: doravante, todas as citações extraídas do livro resenhado serão indicadas apenas pelo número da página.

transcendência que a governa. Assim, contrariamente a uma tradição fenomenológica ou pós-fenomenológica, já não se trata de acolher ou aguardar a vinda do que vem, mas sim de fugir e fazer fugir.

Os confrontos diretos e indiretos contra todas as sortes de injustiças, a luta pelo reconhecimento de direitos, a sindicalização dos trabalhadores etc., não deixam de ter sua importância, entretanto, não tocam no essencial. É preciso compreender a transfiguração que o poder sofreu – seja o do Estado ou do Capital –, isto é, compreender que já não estamos mais encerrados nas sociedades disciplinares (espaço fechado), mas adentramos nas sociedades de controle (espaço aberto). Saímos de um espaço estriado e adentramos em um espaço liso. Entretanto, não há uma evolução de um estágio a outro, mas sobreposição e coexistência; as diferentes formas de poder são contemporâneas, e não sucessivas. Desse modo, querer o acontecimento não significa trabalhar pelo futuro da revolução enquanto tomada do Estado, tampouco de reformá-lo ou aboli-lo; trata-se, isso sim, de “[m]isturar as linhas, as fronteiras, os espaços, borrar os contornos, enfim, uma política da indeterminação e do imperceptível” (p. 21). Mengue desfaz um mal-entendido em torno da obra de Deleuze: a de que ele seria um anarquista por completo. O Estado, em Deleuze, na esteira de Pierre Clastres, é originário (*Urstaat*), sempre existiu e sempre existirá. Ele não está destinado a desaparecer: primeiramente, porque é o horizonte virtual que assombra todas as máquinas sociais; em seguida, porque sempre haverá codificação e exclusão.

Essa mudança de estatuto do poder é trabalhada mais detalhadamente no segundo capítulo, dedicado ao conceito de “sociedade de controle”. Mengue recapitula e desenvolve a noção de sociedade de controle, que, segundo ele, deve-se às pesquisas de Michel Foucault a propósito da governamentalidade e do “biopoder”. Foi o abandono da “hipótese repressiva” e a aproximação, cada mais maior, com o pensamento de Foucault que permitiu a Deleuze perceber que a racionalidade governamental mudou de estatuto e de exercício. Segundo Mengue (p. 24), haveria a partir daí “uma possibilidade de uma *leitura liberal*”. Essa hipótese, por mais estranha que possa parecer, coaduna-se perfeitamente com as ambiguidades do poder e sua estranha cumplicidade com a liberdade, uma vez que “os sujeitos das sociedades euro-americanas se tornam *cada vez mais* ‘livres’ no e pelo controle da vida e das populações” (p. 25). O poder não é somente interdição, negação e destruição, ele é também produtivo. O poder incita e seduz mais do que reprime; não é apenas o que faz morrer – como era o caso do poder

soberano –, mas também o que faz viver e aumentar a extensão da vida: é o caso das vacinas, do prolongamento da expectativa de vida, da seguridade social etc. Assim, poder e liberdade coexistem, paradoxalmente, lado a lado.

É dessa maneira que os sujeitos se assujeitam voluntariamente. A hipótese repressiva já não é capaz de dar conta das mutações ocorridas a partir das tecnologias advindas da desterritorialização capitalista (*GPS*, câmeras de segurança etc.), que possibilitam maior capacidade de agência e segurança para quem as utiliza. No entanto, nem tudo é são flores. A situação exige urgência, do contrário, não haveria o chamado: “não cabe mais temer ou esperar, mas procurar novas armas” (DELEUZE, 1990, p. 242). Se os sindicatos e os PCs estão falidos e a ideia de Revolução está caduca, quais armas então se trata de procurar ou inventar? Antes de tudo, é necessário preservar a indeterminação, ou seja, criar vacúolos de não-comunicação, vazios, ruídos. É aí que intervém o personagem do idiota. O idiota é único apto a “fazer uma *política da indeterminação* como *condição não causal*, capaz de *dar suas chances* ao acontecimento (violento, desorganizador) e ao Inesperado (não decidível, não programável)” (p. 30). Contudo, não se banca o idiota em nome de uma extra-territorialidade alheia ao controle, mesmo porque não se deve “acreditar jamais que o espaço liso basta para nos salvar” (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 625); aliás, o poder exerce-se hoje, justamente, sobre um espaço liso.

No capítulo 3, os conceitos de liso e hospitalidade são mobilizados para dar mais consistência à indeterminação exigida pelo idiota. No entanto, Mengue faz alguns desvios antes de abordá-los diretamente. Novamente, há uma retomada da aproximação entre o espaço liso e a modulação sofrida pelo poder, transmutando-se em “sociedade de controle”. A micropolítica deleuziana não tem por objetivo suprimir o Estado nem o capitalismo, ela consiste, “para o cidadão, em se comportar, em agir, em seu próprio país como estrangeiro, isto é, como idiota político” (p. 49). À diferença das sociedades soberanas e disciplinares, o capitalismo globalizado não tem mais necessidade de espaços fechados, de limites e fronteiras. Se ele reclama um espaço liso, não é para fixar ou reprimir os fluxos, trata-se de regulá-los e controlá-los: fluxos monetários, informacionais, populacionais etc., trata-se também de deter os movimentos nômades, capturar a gramática da resistência. Não seria isso o que ocorre quando o mercado assume determinados grupos excluídos como consumidores? Ou ainda, não seria a demanda por reconhecimento de direitos uma solicitação cativa a uma espécie de

sujeição? O *welfare state* é a mais acabada modalidade do biopoder. Já não se trata de um investimento contra a vida, mas a favor dela. Desse modo, não se trata de sair do capitalismo ou do Estado, de agir contra eles, mas de agir neles e através deles, a fim de esquizofrenizá-los, criando linhas de fuga e inventando possibilidades de vida,

Não obstante o mérito de Mengue, ele parece criar um dualismo artificial – talvez, por uma precaução desnecessária – que não existe na filosofia deleuziana, a saber, entre duas espécies de espaços lisos: um capitalista e outro de resistência. O primeiro seria englobante, globalizante e aéreo, sobrevoando a Terra e os Estados; o segundo, superficial, nômade e de resistência, próximo ao ideal kantiano de hospitalidade. Contudo, o verdadeiro dualismo é aquele entre o liso e o estriado, a distribuição nômade e a sedentária. É porque o movimento de desterritorialização capitalista é ele mesmo ambíguo ou paradoxal: o que ele descodifica com uma das mãos, axiomatiza com a outra (DELEUZE; GUATTARI, 1972, p. 292). Coexistem o melhor e o pior, por isso, não basta acreditar que basta um espaço liso para nos salvar. Toda desterritorialização comporta um coeficiente de reterritorialização. Todavia, não há uma identidade capitalismo = espaço liso. O espaço liso, assim como a esquizofrenia, é o limite do capitalismo, “sua diferença, seu desvio e sua morte” (DELEUZE; GUATTARI, 1972, p. 293).

A reconfiguração das lutas políticas requer, ao mesmo tempo, uma reconfiguração do próprio pensamento, quer dizer, da imagem que o pensamento dá a si mesmo sobre o que significa pensar. Essa nova imagem do pensamento exige uma nova terra: o espaço liso; exige também que esse espaço seja governado pelo idiota. Pois o idiota não sabe e nem quer mais saber previamente o que significa pensar, conferindo um novo estatuto tanto para o pensamento quanto para a ação. A fórmula “*i would prefer no not to*”, analisada no penúltimo capítulo, “O idiota como personagem conceitual”, consiste em introduzir a indeterminação, ou ainda, a suspensão na ação e no pensamento; “é uma maneira de estender um espaço de indeterminação que abre ao pensamento chances de pensar de outro modo, além das oposições prontas que param ou fecham seu movimento infinito de direito” (p. 65). Mas em nome de que se estende este espaço de indeterminação? Segundo Mengue (p. 65): “em proveito do inesperado, para pensamentos novos, para dar uma chance ao que excede todo pensamento formado”. A indeterminação é anterior às disjunções exclusivas. A indeterminação traduz-se em uma indecisão ativa. Ao preferir não, Bartleby afirma o sim e o não:

dupla-affirmação. Nesse sentido, é preciso elevar o pensamento não à síntese dialética, mas à síntese disjuntiva. É a síntese disjuntiva que devolve o sentido positivo da indeterminação e, por conseguinte, da indecisão.

Se a essência da ação política consiste na capacidade de decidir – sendo a decisão estatal uma decisão soberana, segundo a máxima lapidar de Schmitt – e a fórmula bartlebyana conjura a decisão, quais são as consequências efetivas de uma política do idiota? Certamente, não reside na escolha ou na decisão, contudo, isso não significa que ela seja inócua ou que repouse na inação. A própria noção de indecisão encontra-se deslocada. Pois, em última instância, toda decisão é uma seleção exclusiva, uma vez que os outros possíveis são repelidos em nome de um único possível. Preferir não escolher é não agir mais em função de um fim ou de uma deliberação consciente ou voluntária. Conforme Mengue (p. 79), “[o] idiota é sempre agarrado (des-agarrado) por um fora que é grande demais, forte demais ou belo demais ou intolerável demais para ele”. É a crise do esquema sensório-motor, isto é, da imagem-ação, que nos confronta com situações ótica-sonoras puras. Não que toda ação esteja de antemão comprometida ou condenada à gratuidade, mas à maneira de um personagem de Dostoiévsky, é-se tomado por uma situação de urgência, mas que é negligenciada por uma situação ainda mais urgente. A atitude de Bartleby, observa Mengue (p. 74), aparece então necessariamente fora do campo político. A política do idiota é, de uma só vez, política sem política, anarquismo sem anarquismo, resistência sem resistência: paradoxalmente, agir é não-agir. Pois, “no limite, não há política deleuziana” (p. 86).

A vontade do idiota não é um nada de vontade, mas permanece indeterminada. “A vontade indeterminada não virtual, ela é em vez disso abertura ao virtual, plotagem de um espaço de recepção ao virtual, que é, como vimos, a dimensão própria à metafísica deleuziana” (p. 74). É para permitir que o acontecimento advenha que o espaço deve permanecer indeterminado, afinal, “não há acontecimento senão a partir de indeterminação” (p. 75). É para recuperar o movimento que havia sido confiscado pelo programa ou agenda que o espaço deve obedecer uma distribuição nômade. Por fim, é para desorganizar o controle, pois é sobre um espaço indeterminado que ele patina e escorrega. A fidelidade à contingência e à imprevisibilidade incalculável do acontecimento implica a supressão dos projetos e dos partidos. Toda organização deve permanecer, a título de indeterminação, apenas provisória. Assim como não pode haver governo de esquerda não pode haver governo do idiota. Em suma, “a política do

OCCURSUS
REVISTA DE FILOSOFIA

acontecimento torna-se então necessariamente uma política da indeterminação em que o idiota é o personagem que seu encarna seu princípio” (p. 78).

Referências :

DELEUZE, Gilles. **Différence et Répétition**. Paris : PUF, 1968.

_____. **Pourparlers**. Paris : Éditions de Minuit, 1990.

DELEUZE, Gilles ; GUATTARI, Félix. **L’Anti Oedipe**. Paris : Éditions de Minuit, 1972.

_____. **Mille Plateaux**. Paris : Éditions de Minuit, 1980.

_____. **Qu’est-ce que la philosophie?**. Paris : Éditions de Minuit, 1991.

MENGUE, Philippe. **Faire l’idiot, la Politique de Deleuze**. Paris : Germima, 2013.